Acervo ISA

LUX JORNAL | A TARDE SALVADOR - BA | PUBLICADO EM: 20 MAI 1997

190 | 7601 | 2

Continua demarcação de terras para os pataxós

Pau Brasil e Itaju do Colônia (Da Sucursal Sul da Bahia) – Vários marcos localizados em Itapicuru e na Miruera foram encontrados pelos oito peritos que realizam o reavivamento dos 36 mil hectares reivindicados pelos pataxós hã-hã hãe em uma ação que tramita, há 15 anos, no Supremo Tribunal Federal, em Brasília. O trabalho que está sendo realizado com apoio de um computador instalado na reserva Caramuru, em Pau Brasil e com equipamentos de rastreamento de informações via satélite, deverá estar concluído num prazo de até 180 dias.

Também, em Pau Brasil, uma equipe de técnicos da Ceplac iniciou a demarcação das cinco fazendas ocupadas após a morte do índio Galdino de Jesus dos Santos, que somam 780 hectares. Apenas um grupo de sete pessoas – das quais três filhos do proprietário – permanece na fazenda Bom Jesus, de Aristides Franco Couto, que está hospitalizado em Itabuna, um dos três agricultores ainda não oficialmente notificado sobre a liminar do Tribunal Regional Federal concedendo aos índios a posse das terras.

O advogado do Conselho Indigenista Missionário, entidade ligada à Igreja Católica, Luiz Chaves, esteve em Pau Brasil, onde manteve contatos com lideranças indígenas, bem como com o delegado da Polícia Federal, Rubens Patury e com o comandante do 15º BPM, major Gilberto Santana. Deverá visitar ainda ao prefeito de Pau Brasil, Durval Santana. Em Ilhéus, ele esteve com o procurador da República e o juiz da Vara Federal, onde tratou das ações que tramitam na área do Judiciário.

Ele disse que veio à região para acompanhar o processo de demarcação das áreas e trazer o apoio do CIMI aos indígenas em função dos incidentes ocorridos no último dia 13 e que tiveram repercussão muito grande. Falou ainda do trabalho dos peritos, que foi determinado pelo STF no final do ano passado e deverá estar concluído em seis meses.

Perplexo

Disse ainda que ficou perplexo com as manifestações dos fazendeiros em Pau Brasil, que promoveram um ato público utilizando bebidas alcoólicas e um churrasco na tentativa de mobilizar a população contra os índios. "Além disso, chegou a ocorrer uma agressão direta a policiais federais, e o que é estranho é que não ocorreu nenhuma prisão e nem um inquérito foi instaurado até agora."

Luiz Chaves acredita, também, que após o reavivamento dos rumos dos 36 mil hectares e da perícia antropológica, que depende de um laudo complementar nesta área – que requer apenas trabalho de pesquisa de campo que pode ser realizado num prazo de 15 dias -, o STF terá instrumentos para materializar a sentença: "Não tenho dúvidas que ele dará ganho de causa aos índios pataxó, recentemente, em Minas Gerais, os índios krenak ganharam uma ação similar que lhes garantiram a ocupação de uma área de quatro mil hectares, com a retirada dos fazendeiros."

Um dado complementar é que a Ação de Nulidade de Títulos, que é igual à de Pau Brasil e Imissão de Posse em terras da União, não garante direito a indenização. Com isto, os agricultores da área terão de ingressar com uma ação contra o Estado da Bahia, que titulou as terras da União de forma ilegal. Um outro fato observado por ele é que, embora a ação atinja áreas extensas nos municípios de Pau Brasil, Camacan e Itaju do Colônia, somente um bairro neste último município está em terras indígenas, mas não será afetado pela decisão da Justiça que vai atingir apenas o setor rural.